

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

Em 06 de fevereiro de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;

Instrumentos financeiros disponíveis para venda; contingências e benefício a empregados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento/(baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a maneira como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de maneira efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como por meio de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de maneira prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.6. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, nos quais a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de maneira a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.9. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na maneira de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)**

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11.Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de maneira sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.12.Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia,

iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.14. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases:</p> <p>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</p> <p>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)**

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Períodos anuais
iniciados em 1º de
Janeiro de 2019.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

3. Revisão ordinária e extraordinária

Reajuste tarifário anual

Na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.065 de 19/04/2016, Homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2016 ocasionando um reajuste médio percebido pelos consumidores de 12,97%, vigente no período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde.

b) Sobrecontratação de energia

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

c) Descontos na CDE concedidos por liminar

O Despacho 1.576, de 14/06/2016, que revogou o Despacho 2.792, de 25/08/2015, determinou às distribuidoras que deduzam das cotas mensais da CDE, fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, conforme metodologia definida na Nota técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Os efeitos tarifários das liminares vigentes, previstos no Despacho nº 1.576/2016, relativo ao período posterior a revisão tarifária, foram registrados como outras receitas - Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido em contra-partida do passivo, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Para o montante correspondente a data de entrada em vigor do Despacho e a revisão tarifária, foi constituído um passivo financeiro.

d) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa e Eficiência Energética - PEE

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética devendo 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

5. Reclassificação de saldos comparativos

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a partir de 1º de janeiro de 2016 a reclassificação da receitas/despesas de multas por impontualidade de “Receitas/Despesas Financeiras” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” uma vez que a multa tem por fim reembolsar a Companhia de danos econômicos sofridos relacionados com a execução de procedimentos de cobrança (aviso de cobrança, reenvio de fatura, e outros) e de receitas de atividades acessórias complementares e outras rendas de “Receita Líquida” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” as quais não são reguladas e tão pouco vinculadas o objeto da concessão. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e passivos, do patrimônio líquido, bem como o lucro do período divulgado em 04 de fevereiro de 2016 pela Companhia.

Os efeitos dessas reclassificações na demonstração dos resultados estão apresentados a seguinte:

<u>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</u>			
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reclassificado</u>
Receita líquida	4.130.164	(3.624)	4.126.540
Custo do serviço	(3.440.148)	-	(3.440.148)
Lucro operacional bruto	690.016	(3.624)	686.392
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(35.002)	-	(35.002)
Despesas gerais e administrativas	(145.018)	(167)	(145.185)
Outras despesas operacionais	(5.470)	-	(5.470)
Outras receitas operacionais	-	43.505	43.505
Total de receitas (despesas) operacionais	(185.490)	43.338	(142.152)
Resultado do serviço público de energia elétrica	504.526	39.714	544.240
Resultado financeiro			
Receita financeira	188.994	(39.881)	149.113
Despesa financeira	(253.169)	167	(253.002)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	440.351	-	440.351
Imposto de renda e contribuição social correntes	(63.829)	-	(63.829)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.403)	-	(5.403)
Benefício fiscal	(8.049)	-	(8.049)
Lucro do período	363.070	-	363.070

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e contas correntes bancárias	34.706	29.322
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	108.697	-
Operações compromissadas	22.197	18.137
	130.894	18.137
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	35	1.654
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	2.492	8.117
	2.527	9.771
Aplicações financeiras	133.421	27.908
Total	168.127	57.230

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	1.868	7.094
LF - Letra Financeira	540	168
Total	2.408	7.262

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Residencial	134.430	133.844	22.914	291.188	263.412
Industrial	28.784	12.160	53.105	94.049	94.774
Comercial	61.101	30.444	7.348	98.893	88.925
Rural	40.974	22.739	4.996	68.709	76.065
Poder público	26.417	21.648	5.015	53.080	42.329
Iluminação pública	11.212	4.079	1.667	16.958	10.560
Serviço público	10.814	4.728	2.496	18.038	16.620
Subtotal	313.732	229.642	97.541	640.915	592.685
Fornecimento não faturado	152.839	-	-	152.839	192.265
Consumidores baixa renda	34.968	-	-	34.968	28.308
Parcelamento de débitos	-	22.588	19.265	41.853	33.131
Outros contas a receber - RDS	2.534	3.331	33.749	39.614	33.531
Subtotal	504.073	255.561	150.555	910.189	879.920
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(80.720)	(80.720)	(113.587)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RDS	-	-	(29.933)	(29.933)	-
Total circulante	504.073	255.561	39.902	799.536	766.333
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	7.982	7.982	12.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(17.410)	(17.410)	(17.030)
Total não circulante	-	-	5.861	5.861	10.845

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(128.063)
	(130.617)	(107.639)	110.193	(128.063)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no histórico de perdas efetivas com os consumidores, existência de garantias reais para os clientes mais relevantes. Para os demais clientes, a Companhia utiliza o critério estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica emitido pela ANEEL, uma vez que entende ser este critério suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

O resultado de PCLD da companhia foi substancialmente afetado pelo reconhecimento de provisão sobre outros serviços complementares com valores vencidos a mais de 360 dias no montante de (R\$ 17.436). Adicionalmente para os clientes em processos de recuperação judicial, concordata ou processo falimentar estão sendo integralmente provisionadas (valores vencidos e a vencer) (R\$12.497).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	90.419	188.630
Resolução homologatória 2.065/2016	100.679	-
Parcela de ajuste (estimativa)	(917)	(10.361)
Atualização monetária	6.660	6.731
	<u>271.330</u>	<u>259.489</u>

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.711, 1882 e 2.065), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 277.699 (R\$ 137.703 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compra de energia	121.839	(32.188)	142.311	31.481
Encargo de serviço do sistema - ESS	(92.883)	33.020	(72.704)	(18.828)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	12.754	(520)	42.003	18.474
Uso da rede básica	3.172	(995)	8.285	1.104
Outros	1.906	97	7.515	3.731
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	46.788	(586)	127.410	35.962
Repasse de sobrecontratação de energia	(63.528)	20.618	7.580	11.985
Recomposição de ICMS	61.956	(3.839)	80.771	28.016
Bandeira não faturada	-	-	(19.590)	-
Postergação de revisão tarifária	(13.571)	-	-	-
Neutralidade	(7.892)	3.084	(2.051)	(93)
Outros	66.599	28.336	36.325	(2.644)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	43.564	48.199	103.035	37.264
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	90.352	47.613	230.445	73.226

Em 31 de dezembro de 2016, encontra-se registrado no circulante, substancialmente, o saldo remanescente oriundo da CVA homologada pela ANEEL em 19 de abril de 2016 - Resolução Homologatória nº 2065, no valor de R\$ 204.709. A CVA correspondente ao ciclo atual, que compreende o período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017, está sendo registrado no passivo não circulante.

Baixa da Provisão Passiva com Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau) - CVA de Compra de Energia

Em março de 2016, a Companhia foi comunicada pela CCEE que uma nova decisão judicial alterou o entendimento da aplicação da postergação dos 535 dias no cronograma de entrada de Jirau, agora de acordo com a interpretação inicial da ANEEL. Esta decisão judicial, adicionada a decisão administrativa da CCEE e ANEEL confortou a Companhia a baixar a provisão em fornecedor de R\$ 72.146 e, conseqüentemente, baixar o ativo regulatório (CVA energia) constituído no mesmo valor.

11. Tributos a compensar

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	22.549	-	16.611	-
ICMS (a)	41.257	32.364	38.914	28.841
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	677	-	7.049	-
INSS Patronal	5.577	-	705	-
Outros tributos	50	-	10	-
Total	81.166	32.364	74.345	28.841

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 53.027 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 48.069 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 20.594 (R\$ 19.686 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

12. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(630.400)	(608.736)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	333.045	318.747
Saldo	49.240	56.606
Reserva de capital	31/12/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

A seguir o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31/12/2016	Percentual
Em 2017	6.741	14%
Em 2018	6.168	13%
Em 2019	5.646	11%
2020 em diante	30.685	62%
	49.240	100%

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	31/12/2016		31/12/2015	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	44.242	-	24.569	-
Bradesco	CDB	-	6	-	6
Itaú	CDB	-	792	-	717
BNB	CDB	-	18.161	-	17.751
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	8.027	-	6.907
Caixa	Caução	320	-	319	-
Total		44.562	26.986	24.888	25.381

14. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	889.932	783.713
Transferências do ativo intangível	160.408	109.108
Marcação a mercado - ativo indenizável	52.850	(2.889)
Saldo Final	1.103.190	889.932

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

15. Imobilizado

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Saldo em					Saldo em	
	31/12/2015	Depreciação	Adição	Baixa	Transferência	Reclassificação	31/12/2016
Imobilizado em serviço							
Máquinas e equipamentos	47.440	-	-	-	2.578	-	50.018
Móveis e utensílios	41.155	-	-	-	2.149	-	43.304
Subtotal	88.595	-	-	-	4.727	-	93.322
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos	(32.355)	(3.815)	-	-	-	-	(36.170)
Móveis e utensílios	(22.908)	(1.928)	-	-	-	-	(24.836)
Subtotal	(55.263)	(5.743)	-	-	-	-	(61.006)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	10.619	-	2.889	-	(2.578)	1.324	12.254
Móveis e utensílios	5.697	-	3.228	-	(2.149)	(1.315)	5.461
Subtotal	16.316	-	6.117	-	(4.727)	9	17.715
Total do imobilizado	49.648	(5.743)	6.117	-	-	9	50.031
Terrenos	5.602	-	-	-	-	-	5.602
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	214	(11)	-	(71)	-	-	132
Máquinas e equipamentos	23	(6)	-	-	-	-	17
Total dos Investimentos	5.839	(17)	-	(71)	-	-	5.751
Total	55.487	(5.760)	6.117	(71)	-	9	55.782

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

16. Intangível

	31/12/2016			31/12/2015	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	4.032.405	(2.109.214)	(379.005)	1.544.186	1.526.451
Software	167.110	(104.610)	-	62.500	54.641
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	(5.308)	-	-	(5.308)	(5.308)
(-) Provisão para desativação de bens	(81.633)	48.180	-	(33.453)	(12.857)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	488.122	-	(193.999)	294.123	157.361
Software	47.143	-	-	47.143	27.956
Total	4.647.839	(2.165.644)	(573.004)	1.909.191	1.748.244

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.837.197	(1.860.532)	(486.474)	1.490.191	222.400	(161.186)	61.214	1.551.405
Adições	-	-	-	-	437.907	(25.108)	412.799	412.799
Baixas	(68.525)	58.371	54.296	44.142	-	-	-	44.142
Amortização	-	(182.612)	32.806	(149.806)	-	-	-	(149.806)
Transferências	294.523	-	(7.015)	287.508	(294.523)	7.015	(287.508)	-
Transferências para o ativo indenizável	(112.408)	-	3.300	(109.108)	-	-	-	(109.108)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	-	(1.188)	-	(1.188)	(1.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244
Adições	-	-	-	-	529.986	(23.463)	506.523	506.523
Baixas	(37.113)	16.481	-	(20.632)	-	-	-	(20.632)
Amortização	-	(197.352)	32.825	(164.527)	-	-	-	(164.527)
Transferências	359.308	-	(8.743)	350.565	(359.308)	8.743	(350.565)	-
Transferências para ativo indenizável	(160.408)	-	-	(160.408)	-	-	-	(160.408)
Reclassificação para o imobilizado	-	-	-	-	(9)	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.112.574	(2.165.644)	(379.005)	1.567.925	535.265	(193.999)	341.266	1.909.191

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de maneira linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Medidor eletrônico	7,69%
Medidor eletromecânico	4,00%
Condutor de tensão superior a 69kv	2,70%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

17. Fornecedores

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2016	31/12/2015
Compra de Energia	230.595	306.840
Encargo de Uso da Rede	9.926	9.339
Diferencial Eletronuclear	-	661
Partes relacionadas (vide nota 22)	122.079	126.360
Materiais e serviços	134.707	74.720
Total	497.307	517.920
Circulante	497.299	511.155
Não circulante	8	6.765

18. Obrigações fiscais

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	7.397	-	7.397	1.570	-	1.570
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	97.669	-	97.669	83.227	-	83.227
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.869	12.770	14.639	1.804	14.135	15.939
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.575	-	21.575	18.564	-	18.564
Programa de integração social - PIS	4.666	-	4.666	4.005	-	4.005
Imposto sobre serviços - ISS	2.790	-	2.790	1.100	-	1.100
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	4.420	-	4.420	3.037	-	3.037
Outros tributos e contribuições	2.193	-	2.193	381	-	381
Total	142.579	12.770	155.349	113.688	14.135	127.823

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

19. Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira:	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
União Federal – Bônus de Desconto	3.737	4.471	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	5.399	6.469	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	9.136	10.940					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	37.430	47.612	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	47.945	69.254	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	26.823	30.950	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	46.357	58.750	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	46.371	58.772	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	980	-	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	84.898	27.529	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	90.109	27.560	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	19.608	-	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Recebíveis	9,50% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	156.190	156.299	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	229.723	306.298	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Working Capital Santander	-	50.474	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.
Total moeda nacional	786.434	833.498					
Total de empréstimos e financiamentos	795.570	844.438					
Circulante	240.074	205.505					
Não circulante	555.496	638.933					
	795.570	844.438					

Segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Desembolsado	Garantias
Financiamentos					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	43%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Recebíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-
Working Capital Santander	Capital de giro	50.000	-	-	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobras e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
Eletrobras	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte maneira:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2016				
2018	2019	2020	Após 2020	Total não Circulante
221.342	204.781	60.357	69.016	555.496

20. Debêntures

	31/12/2016	31/12/2015	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª Série 3ª emissão	-	53.576	17/10/2011	15/10/2015	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a.	Anual	10.400
2ª Série 3ª emissão	284.585	400.133	17/10/2011	15/10/2016	17/10/2018	IPCA + 6,85% a.a.	Anual	29.600
(-) Custo de transação	(464)	(819)						
Total sem efeito de swap	284.121	452.890						
Resultado das operações de swap	-	(3.156)						
Total de debêntures	284.121	449.734						
Circulante	143.957	187.136						
Não circulante	140.164	262.598						
	284.121	449.734						

Em 31 de dezembro de 2016 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	187.136	262.598	449.734
Atualização monetária	-	25.540	25.540
Amortizações	(191.418)	-	(191.418)
Transferências	147.364	(147.364)	-
Encargos provisionados	30.776	-	30.776
Encargos pagos	(33.444)	-	(33.444)
Transferência custo de transação	610	(610)	-
Apropriação custo de transação	357	-	357
Resultado das operações de swap	2.576	-	2.576
Em 31 de dezembro de 2016	143.957	140.164	284.121

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

21. Taxas Regulamentares

	31/12/2016	31/12/2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	277.699	137.703
Encargos emergenciais	2.467	2.440
P&D e Eficiência Energética	78.075	59.881
Repasse - CCRBT	12.233	1.731
Outros	491	479
Total	370.965	202.234
Circulante	304.886	152.267
Não Circulante	66.079	49.967

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

22. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2016					31/12/2015				
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa)	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de energia	-	115.120	-	(1.001.871)	-	-	125.096	-	(910.770)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A	(b)	Compra de energia	-	115	-	(1.322)	-	-	873	-	(6.290)	-
Enel Cien S/A	(c)	Encargo de Uso	-	192	-	(1.877)	-	-	193	-	(2.213)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.974	93.748	(8.567)	513	-	2.040	85.396	(8.882)	431
Enel Soluções S/A	(e)	Arrecadação	102	1.698	-	(739)	-	78	198	-	950	-
Enel Green Power	(f)	Compra de energia	-	-	-	(3.318)	-	-	-	-	-	-
Enel Itália	(g)	Serviços	-	732	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel distribuiçõe SPA	(g)	Serviços	-	3.535	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	(g)	Serviços	-	687	-	-	-	-	-	-	-	-
			102	125.053	93.748	(1.017.694)	513	78	128.400	85.396	(927.205)	431
(-) Plano de pensão			-	2.974	93.748	(8.567)	-	-	2.040	85.396	(8.882)	-
Parte relacionadas			102	122.079	-	(1.009.127)	513	78	126.360	-	(918.323)	431

(*)Esses valores são classificados como fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 17 e 23).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.: decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela Aneel reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- b) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A - (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A): operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015.
- c) Enel Cien S.A - (Anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S/A): despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- d) FAELCE - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.
- e) Enel soluções S/A - (Anteriormente denominada EN- Brasil Comercio e Serviços S/A): decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Modelo I, Enel Green Power Modelo II, Enel Green Power Joana, Enel Green Power Pau de Ferro, Enel Green Power Emiliana, Enel Green Power Gerônimo, Enel Green Power Tacaicó e Enel Green Power Paranapanema.
- g) Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o exercício de 2016 com um passivo em aberto de R\$ 4.954.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 7.633 (R\$ 12.895 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656;
- Aposentados Lei nº 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada por meio de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 108.875 em 31 de dezembro de 2016.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2016 apresentaram um passivo total de R\$ 96.722 (R\$ 87.436 em 31 de dezembro de 2015).

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	893.700	904.974
Custo dos serviços correntes	2.229	3.038
Contribuição dos participantes	2.069	2.287
Custos dos juros	120.573	108.390
Benefícios pagos pelo plano	(75.486)	(70.087)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	145.465	(54.902)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.088.550</u>	<u>893.700</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do período	929.341	961.150
Retorno esperado dos ativos do plano	127.648	117.105
Contribuições recebidas de participantes do plano	2.069	2.287
Contribuições recebidas do empregador	12.193	16.091
Benefícios pagos pelo plano	(75.486)	(70.087)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	104.938	(97.205)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>1.100.703</u>	<u>929.341</u>

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do período	123.077	147.257
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	17.909	18.436
Variação no teto de ativo não reconhecido no período corrente	(32.111)	(42.616)
	<u>108.875</u>	<u>123.077</u>

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.088.550	893.700
Valor justo dos ativos	(1.100.703)	(929.341)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(12.153)	(35.641)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	108.875	123.077
(Ativo) passivo atuarial líquido	96.722	87.436
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>96.722</u>	<u>87.436</u>

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo do serviço corrente bruto	4.298	5.325
Contribuições de participante	(2.069)	(2.287)
Custo do serviço líquido	<u>2.229</u>	<u>3.038</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	120.573	108.390
Rendimento esperado dos ativos no ano	(127.648)	(117.105)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	17.909	18.437
Juros líquidos sobre o passivo	<u>10.834</u>	<u>9.722</u>
Total reconhecido na DRE	<u>13.063</u>	<u>12.760</u>

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2016	31/12/2015
Renda fixa	913.836	757.386
Renda variável	68.566	64.446
Investimentos imobiliários	100.920	91.333
Outros	17.381	16.176
Total do valor justo dos ativos do plano	1.100.703	929.341

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2016	31/12/2015
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(145.465)	54.902
(Ganho)/Perda sobre os ativos	104.938	(97.205)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	32.112	42.617
Montante reconhecido no período em ORA	(8.415)	314

Em 31 de maio de 2016 a Companhia procedeu a revisão do cálculo atuarial do plano de benefícios pós-emprego, em caráter extraordinário a fim de atender o processo de reestruturação societária efetuada pela *holding*, razão pela qual, apenas em 2016 está sendo apresentada a movimentação de perdas atuariais.

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2016	31/12/2015
Retorno esperado sobre os ativos do plano	127.648	117.105
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	104.938	(97.205)
Retorno real sobre os ativos dos planos	232.586	19.900

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,31%	12,15%	12,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,31%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	39.275	16.274	(11.340)	7.620	(8.976)	42.853
Cíveis	78.580	28.218	(22.982)	17.844	(12.098)	89.562
Fiscais	1.971	70	(151)	411	(392)	1.909
Regulatório	68.980	12.565	(9.506)	4.428	(24.009)	52.458
Total	<u>188.806</u>	<u>57.127</u>	<u>(43.979)</u>	<u>30.303</u>	<u>(45.475)</u>	<u>186.782</u>

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	68.695	51.185
Cíveis	1.314.279	820.779
Fiscais	447.467	408.148
Juizados especiais	5.565	7.944
	<u>1.836.006</u>	<u>1.288.056</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito - consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. O montante envolvido totaliza R\$ 364.507 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 333.750 em 31 de dezembro de 2015).
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2015).
- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 30.774 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 27.896 em 31 de dezembro de 2015).
- d) No âmbito cível, refere-se a responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	14.725	16.670
Cíveis	19.363	21.763
Fiscais	3.712	3.411
Total	37.800	41.844

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Enel Américas S.A.	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.821.242	15,18%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	3.710	0,01%	6.049.996	22,10%	-	0,00%	6.049.996	20,96%	6.053.706	8,03%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.346.448	11,82%	-	0,00%	3.346.448	11,21%	4.265.851	5,47%
Outros	80.579	0,17%	4.300.494	14,57%	3.097	0,20%	4.303.591	13,83%	4.384.170	5,39%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

Em 27 de abril de 2016 foi deliberada, em Assembleia Geral de Acionistas, a capitalização parcial do saldo da reserva de Reforço de Capital de Giro no valor de R\$ 112.000. Em decorrência desta capitalização, o capital social totalmente subscrito passou a ser de R\$ 554.946, constituído por 77.855.299 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 ações preferenciais “Classe B”.

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas teve efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas foi incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A companhia deixou de constituir saldo da reserva legal em virtude do saldo das reservas acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social.

c) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

d) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 83.012) e (Em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 74.679), sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro - devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

e) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 12.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

ajustado.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do exercício	393.057	363.070
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(83.012)	(74.679)
(+) Reversão de dividendos prescritos	156	-
Lucro ajustado	310.201	288.391
Dividendo mínimo obrigatório	77.550	72.098
Dividendo adicional proposto	77.550	-
	155.101	216.293
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(5.554)	207
Reserva reforço de capital de giro	149.547	216.500

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

Tipo de Aplicação	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ações Ordinárias	47.880	44.513	-	-	47.880	44.513
Ações Preferenciais A	28.142	26.163	12.083	9.644	28.142	26.163
Ações Preferenciais B	1.528	1.422	1.094	873	1.528	1.422
Total	77.550	72.098	13.177	10.517	77.550	72.098

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

26. Lucro por ação

	<u>31/12/2016</u>
Numerador	
Lucro líquido de exercício atribuído aos acionistas da Companhia	242.675
Lucro disponível aos acionistas ordinários	142.637
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	7.745
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	<u>393.057</u>
Denominador (em milhares de ações)	
Número de ações ordinárias	48.068
Número de ações preferenciais - Classe A	28.253
Número de ações preferenciais - Classe B	<u>77.855</u>
Percentual por ação	
ações ordinárias	61,74%
ações preferenciais - classe A	36,29%
ações preferenciais - classe B	1,97%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	
Ação ordinária	5,0486
Ação preferencial - Classe A	5,3515
Ação preferencial - Classe B	5,5534

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

27. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015 (reclassificado)
Fornecimento faturado	5.246.638	4.586.067
Fornecimento não faturado	152.839	192.265
Consumidores	5.399.477	4.778.332
Ativos e passivos financeiros setoriais	(182.710)	538.320
Subvenção baixa renda	191.538	185.946
Subvenção CDE - desconto tarifário	262.091	222.857
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	132.426	100.909
Receita de construção	506.523	412.799
Outras receitas	72.107	71.727
Receita operacional bruta	6.381.452	6.310.890
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.320.675)	(1.231.703)
COFINS	(447.311)	(472.537)
PIS	(97.114)	(102.600)
P&D	(39.580)	(32.159)
Encargo setorial CDE	(373.482)	(340.375)
Taxa de fiscalização	(5.516)	(4.772)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(328)	(204)
Total de deduções de receita	(2.284.006)	(2.184.350)
Total	4.097.446	4.126.540

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

28. Receitas (custos/despesas) operacionais

Descrição	31/12/2016					31/12/2015 (revisado)		
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesa Administrativa
Pessoal	(113.108)	-	(39.626)	-	(152.734)	(117.778)	-	-
Material	(18.310)	-	(681)	-	(18.991)	(45.135)	-	-
Serviços de terceiros	(254.410)	(1.370)	(38.750)	-	(294.530)	(174.732)	(5.534)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(2.051.697)	-	-	-	(2.051.697)	(2.315.396)	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	(174.224)	-	-	-	(174.224)	(198.199)	-	-
Depreciação e amortização	(144.987)	-	(11.763)	-	(156.750)	(134.288)	-	-
Custo na desativação de bens	(48.702)	-	-	-	(48.702)	(16.544)	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(113.331)	-	-	(113.331)	-	(29.465)	-
Custo de construção	(506.523)	-	-	-	(506.523)	(412.799)	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(13.148)	-	(13.148)	-	-	-
Indenizações DIC / FIC	(8.683)	-	-	-	(8.683)	(7.466)	-	-
Perda de recebíveis de clientes	-	(15.719)	-	-	(15.719)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(16.448)	-	(11.610)	(4.540)	(32.598)	(17.810)	(3)	-
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	46.617	46.617	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	2.706	2.706	-	-	-
Total	(3.337.092)	(130.420)	(115.578)	44.783	(3.538.307)	(3.440.148)	(35.002)	

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pela redução de 12,81% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

29. Resultado financeiro

Conforme comentado na Nota 5, a Companhia procedeu a partir de 1ª de janeiro de 2016 a classificação das multas por impontualidade ativas e passivas do resultado financeiro para a receita operacional.

	31/12/2016	31/12/2015 (reclassificado)
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	34.164	14.379
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	30.137	22.491
Receita de ativo indenizável	52.850	41.381
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	8.547	45.047
Variações monetárias	7.927	3.806
Juros fundo de pensão	572	688
Outras receitas financeiras	20.002	25.815
Total das receitas financeiras	154.199	153.607
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(33.747)	(45.393)
Encargos de dívidas	(128.538)	(126.081)
Encargos fundo de pensão	(11.406)	(10.410)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(30.303)	(28.496)
Atualizações de impostos	(5.538)	(5.957)
Atualização P&D/PEE	(1.406)	(1.022)
IOF/IOC	(3.428)	(3.413)
Outras multas	(3.194)	(15.327)
Outras despesas financeiras	(9.640)	(21.397)
Total das despesas financeiras	(227.200)	(257.496)
Resultado financeiro	(73.001)	(103.889)

30. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	486.138	486.138	440.351	440.351
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(121.511)	(43.752)	(110.064)	(39.632)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	83.710	-	74.679	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(6.751)	(2.870)	(2.475)	(1.324)
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	(1.401)	(506)	1.130	405
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(45.953)	(47.128)	(36.730)	(40.551)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.815)	(41.377)	(32.700)	(39.178)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.138)	(5.751)	(4.030)	(1.373)
Total	(45.953)	(47.128)	(36.730)	(40.551)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CS sobre diferenças temporárias	112.049	114.102	(2.052)	7.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.477	44.410	1.067	5.732
Provisão para ações judiciais e regulatórias	63.025	66.478	(3.453)	(760)
Provisão para obsolescência de estoque	1.015	1.120	(105)	81
Outras	2.532	2.094	439	2.039
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(70.846)	(51.009)	(19.837)	(12.495)
Ativo indenizável (concessão)	(70.937)	(52.967)	(17.970)	(9.625)
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	-	(2.948)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.714)	(1.754)	40	78
Diferido perdas de bens	1.805	3.712	(1.907)	-
Subtotal - impacto no resultado do exercício	41.203	63.093	(21.889)	(5.403)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	51.882	48.145	3.737	910
Plano de pensão	51.882	49.021	2.861	(107)
Swap passivo	-	(876)	876	1.017
Total	93.085	111.238	(18.152)	(4.493)

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

difficuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	168.127	57.230
Títulos e valores mobiliários	2.408	7.262
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	3.156
Consumidores	805.397	777.178
Ativos financeiros setoriais	90.352	303.671
Ativo indenizável (concessão)	1.103.190	889.932
	<u>2.169.474</u>	<u>2.038.429</u>

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Agência Standard & Poor's

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	31/12/2015
AA-	154.783	-
AAA	-	12.143
AA+	-	39.772
A+	31	-
Banco Central do Brasil	1.868	12.577
Não avaliado	13.853	-
Total geral	170.535	64.492

Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2016	31/12/2015
BB	-	3.156
Total geral	-	3.156

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2016 é de 28% (37% em 2015), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

d) Risco de mercado (câmbio)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente de contrato de compra de energia é repassado na próxima revisão tarifária da Companhia

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 87% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 17% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Selic	1.867	3%	7.094	20%
CDI	131.470	93%	19.959	57%
Pré-Fixado	2.491	4%	8.117	23%
Total	135.829	100%	35.170	100%
Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2016	%	31/12/2015	%
IPCA	1.103.190	100%	889.932	100%
Total	1.103.190	100%	889.932	100%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Taxa fixa	136.741	13%	203.271	16%
TJLP	178.606	17%	145.051	11%
Selic	90.109	8%	27.560	2%
CDI	385.913	36%	513.684	40%
IPCA	284.585	26%	400.131	31%
Libor	3.737	0%	4.475	0%
Total	1.079.691	100%	1.294.172	100%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia dispõe de limites de conta garantida no valor de R\$ 50.000.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.763	7.354	32.850	91.949	23.013	158.929
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	13.315	75.957	177.419	529.453	4.046	800.190
Debêntures	-	-	160.318	150.941	-	311.259
	17.078	83.311	370.587	772.343	27.059	1.270.378
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4.682	7.249	32.097	107.946	28.519	180.493
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	54.187	17.601	166.562	660.000	26.765	925.115
Debêntures	-	-	220.286	295.106	-	515.392
	58.869	24.850	418.945	1.063.052	55.284	1.621.000

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016			
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	-
	-	-	-
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 08/11/12	3.167	-	3.167
	3.167	-	3.167

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

		31/12/2016		31/12/2015		
Categoria		Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	168.127	168.127	57.230	57.230
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	2.408	2.408	7.262	7.262
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	71.548	71.548	50.463	50.463
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	805.397	805.397	777.178	777.178
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	90.352	90.352	303.671	303.671
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	3.156	3.156
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.103.190	1.103.190	889.932	889.932
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	786.434	782.037	833.498	829.905
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	284.121	283.931	452.890	452.954
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	9.136	6.768	10.940	9.406
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	47.613	47.613	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	497.307	497.307	517.920	517.920

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possuía instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2015 havia 1 (um) contrato de *swap* de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2016	31/12/2015
Contrato de <i>swap</i>					
HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	BRL 0	-BRL 3.156

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos “Investment Grade” com “expertise” necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida por meio da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela BM&F.

Ativos	Risco	Base 31/12/2016	Cenários projetados - Dez.2017		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	1.867	34	26	17
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	131.470	4.170	3.172	2.146
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	2.491	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	1.103.190	55.529	54.190	53.520
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(136.741)	(10.020)	(10.020)	(10.020)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(178.606)	(16.368)	(18.966)	(20.987)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(90.109)	(8.253)	(9.564)	(10.858)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(385.913)	(80.672)	(91.722)	(102.493)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(284.585)	(33.988)	(38.456)	(42.223)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(3.737)	23	(951)	(1.695)
			(89.545)	(112.291)	(132.593)

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.705.219 em 2017, R\$ 2.939.024 em 2018, R\$ 3.273.337 em 2019, R\$ 3.222.897 em 2020 e R\$ 72.529.529 após 2020.

33. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 14.201 (R\$ 13.349 em 31 de dezembro de 2015).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 895.787	R\$ 159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220